

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**FAMÍLIA E ESCOLA: COMPROMISSO COM
A EDUCAÇÃO**

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Marciana Lyra

**Sobradinho, RS, Brasil
2018.**

FAMÍLIA E ESCOLA: COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

Marciana Lyra

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Prof. Marcos Britto Corrêa

**Sobradinho, RS
2018**

FAMÍLIA E ESCOLA: COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 29 de junho de 2018.

Marcos Britto Corrêa, Me. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maria Elizabete Londero Mousquer , Dra, (UFSM)

Taíse Tadielo Cesar, Me. (UFSM)

Sobradinho, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus que esteve comigo a cada segundo da minha caminhada, me dando força para continuar e suportar a distância, a solidão, a incerteza e o medo do desconhecido. Que ele possa nascer no meu coração a cada dia.

Dedico este trabalho também, a minha mãe e ao meu pai, pais amados, exemplo de força, luta e determinação, que mesmo distante acalmaram meu choro, me deram muita força e confiança. Obrigada por acreditarem em mim e acima de tudo, obrigada por me amarem. Vocês são a minha força de viver.

RESUMO

FAMÍLIA E ESCOLA: COMPROMETIDOS COM A EDUCAÇÃO

AUTOR: Marciana Lyra

ORIENTADOR: Marcos Britto Corrêa

O presente trabalho aborda o tema família e escola, juntos comprometidas com uma educação de qualidade, bem como a importância dessa integração no processo pedagógico. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando analisar e refletir sobre obras de diversos autores que abordam a relação da família na educação dos filhos e de que forma essa relação interfere na aprendizagem dos mesmos. Vivemos numa época em que muito se fala na importância da participação da família no processo de ensino/aprendizagem dos filhos, mas muitas vezes não é a realidade encontrada nas escolas. Nesse sentido, argumenta-se sobre as potencialidades da gestão escolar para mediar e facilitar a relação família e escola através da participação e do diálogo, visando uma aprendizagem mais significativa, prazerosa e a qualidade de ensino para os educandos, de modo que possa juntos alcançar os objetivos das famílias e da escola. Sendo assim, o trabalho aborda a importância dessa união.

PALAVRA-CHAVE: Educação. Família. Escola. Gestão. Integração.

ABSTRACT**FAMILY AND SCHOOL: COMMITTED TO EDUCATION**

AUTHOR: Marciana Lyra
ADVISOR: Marcos Britto Corrêa

The present work deals with the theme family and school, together committed to a quality education, as well as the importance of this integration in the pedagogical process. A bibliographical research was carried out to analyze and reflect on the works of several authors that discuss the relation of the family in the education of the children and in what way this relation interferes in the learning of the same. We live in a time when much is said about the importance of family participation in the process of teaching children's learning, but it is often not the reality found in schools. In this sense, it is argued about the potential of school management to mediate and facilitate the relationship between family and school through participation and dialogue, aiming at a more meaningful and pleasurable learning and the quality of teaching for learners, so that together the objectives of families and school. In this way, the work addresses the importance of this union.

KEYWORDS: EDUCATION. FAMILY. SCHOOL. MANAGEMENT. INTEGRATION.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	10
3. OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL	13
4. INFÂNCIA E FAMÍLIA	17
5. ENTRE INFÂNCIA, FAMÍLIA E GESTÃO ESCOLAR: COMPROMETIMENTOS NECESSÁRIOS	20
CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia aborda a importância da integração entre escola e família no processo pedagógico, por acreditar haver interseção entre objetivos de ambas instituições, qual seja, proporcionar uma educação de qualidade aos alunos. Sendo assim, a proposta aqui apresentada objetiva evidenciar meios em que a gestão escolar pode se pautar para promover o comprometimento da escola e da família em vista das necessidades educacionais de estudantes e filhos. Compreende-se que a relação escola e família é imprescindível, pois a primeira é o espaço educacional inicial da criança, onde inicia a construção da sua identidade como indivíduo, de tal forma que a parceria com a segunda é fundamental na contribuição do desenvolvimento integral da criança e do adolescente. A criança chega à escola com suas experiências anteriores, com suas preferências e características individuais advindas sobretudo do grupo familiar. À escola cabe mediar as aprendizagens, facilitando o processo para que a informação se transforme em conhecimento, desafiando as crianças a construir novos conhecimentos. Neste sentido, acredita-se que tal processo deve se dar valorizando o que a criança já sabe e estimulando-a a refletir sobre as informações recebidas, para então, desenvolver seu senso crítico, gerando novo conhecimento.

Mediante este processo entre conhecimento provenientes da família em relação àqueles próprios da instituições escolar, é relevante o que argumentou Paulo Freire, pois desta relação o:

educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas." (FREIRE, 2005, p. 79)

Sendo assim, a relação está baseada na socialização de saberes e experiências. O professor, através do diálogo incentiva o pensamento da dúvida no seu aluno, fazendo com que ele busque o conhecimento e ao mesmo tempo se torne sujeito ativo na construção do saber. Dessa forma o aluno vai exercitar sua criatividade, sentindo-se importante, capaz de aprender cada vez mais e valorizado

pelas experiências que já trouxe de casa, transformando assim, o seu ingresso na escola em um importante processo, pois, toda criança tem direito a educação, como nos orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente (2012)

A criança e o adolescente têm direito á educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, sendo dever do estado assegurar a criança e ao adolescente acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Sendo assim, realizei esse trabalho salientando a importância da união entre escola e família para que haja um processo de aprendizado mais qualificado por parte do aluno. O principal objetivo deste trabalho é compreender como a gestão escolar pode contribuir para aumentar a parceria entre escola e família na educação infantil, sabendo que a mesma deve viabilizar meios que promovam a participação da família e comunidade. Os objetivos específicos correspondem a pesquisar se a escola busca a participação da família; e analisar a importância que a família tem para a escola. Busquei compreender como tais práticas podem contribuir para aumentar a parceria entre escola e família na educação.

Destes objetivos se reforça a importância que a família deve ter na consciência de seu papel no aprendizado dos seus filhos, bem como a necessidade do seu comprometimento e interesse na vida escolar e no diálogo que deve manter com a escola. Neste sentido, o processo de ensino/aprendizagem vem auxiliar e dar continuidade ao processo de educação iniciado pela família. Tal importância e compromisso na vida escolar dos filhos em meio a totalidade de onde partem é reconhecida na lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo que no seu artigo 1º, faz a seguinte menção:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (BRASIL, 1996).

Portanto, a família tem o dever de participar na educação de seus filhos, sendo que a mesma já se iniciou desde o seu nascimento e acontece em todos os lugares, através da convivência, da socialização de conhecimentos, mas é na

escola, como espaço privilegiado do conhecimento formal, em que a aprendizagem acontece de forma sistemática e organizada.

A parceria entre ambas instituições e a comunidade da qual fazem parte é fundamental no desenvolvimento de ações capazes de favorecerem o sucesso escolar da criança, visando que todos sigam os mesmos princípios e critérios e estejam engajados com um objetivo em comum. Dessa totalidade, José Carlos Libâneo ressalta a impotência de Educação como um:

Conjunto de ações, processos, Influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

A educação acontece em todos os lugares, pessoas se educam entre si independente de instituições formais, porém é na escola que a educação ocorre de forma organizada e sistemática, visando o pleno desenvolvimento do educando. Assim como, seu preparo para o mercado de trabalho e a sua formação crítica e atuante frente a sociedade em suas diferentes expressões, pois, na escola se encontram pessoas com realidades e culturas diferentes que se interagem entre si, socializando aprendizagens e informações. O professor deve, por sua vez, mediar essas informações e aprendizagens, desafiando os alunos a questionar, levantar hipóteses e chegar a conclusões, produzindo assim, conhecimentos.

Por fim, nesta pesquisa teve como objeto de análise uma bibliografia sobre o tema, assim como a legislação vigente, que serão melhor explorados ao longo do texto. A seguir segue a contextualização da pesquisa, de modo se reforçar e sustentar os argumentos inicialmente expostos até então.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A Educação e a docência são áreas que gosto muito, com a qual nutro especial significado. Cresci rodeada por uma família de professores o que fez com que desde cedo me identificasse muito com o magistério e me dedicasse a profissão. Comecei a relembrar minha trajetória desde pequena até agora, os relatos de minha mãe e minha vó, minhas experiências como monitora de Educação infantil e como professora de anos iniciais.

Minha família sempre foi muito presente na vida escolar, tanto minha, quanto de meus irmãos. Minha mãe e meu pai deixavam seus afazeres para participar das atividades escolares e se informar com os professores sobre nosso rendimento na escola, todos os dias perguntando: “o que vocês aprenderam hoje?”. Sempre tivemos esse acompanhamento nos incentivando a estudar e reforçando a importância da educação na nossa vida.

Agora, como professora já formada e atuando na Educação Infantil, comecei a perceber como é diferenciado o rendimento escolar dos alunos na qual a família participa comprometida com a educação de seus filhos. Por outro lado, a dificuldade daqueles em que a família não participa da vida escolar é reforçada, demandando à escola maior atenção até mesmo sobre aspectos educativos circunscritos à família.

Muitas famílias na realidade da qual faço e fiz parte, argumenta como “desculpa” a falta de tempo ou distanciamento da vida escolar do aluno. Desde a educação infantil, quando o aluno está formando a sua personalidade, as famílias argumentam “não ter tempo de brincar”, de ouvir ou mesmo, melhor acompanhar seus filhos. Nesse processo, as crianças ficam das sete horas da manhã, até as cinco horas e trinta minutos da tarde na escola e quando chegam em casa, por vezes, a presença da família não supre a demanda de afeto e cuidados exigidos pela criança. São relatos como estes, vindos das próprias famílias, que reforçam o objeto de pesquisa neste trabalho.

Dentro do processo relatado, as crianças vão crescendo e iniciam sua vida escolar na Educação Infantil e muitas vezes, nós professores, pouco sabemos sobre

sua condição familiar. Buscamos conhecer a realidade dos alunos através de relatos e conversas informais com os mesmos. E assim percebemos a lacuna que fica na vida dos alunos a ausência da família em sua vida escolar, compreendendo muitas vezes o motivo da rebeldia e dificuldade enfrentada pelos alunos.

Quando penso na justificativa sobre haver uma “rotina corrida” nas famílias, que interfere na sua presença junto aos filhos na escola, busco refletir sobre, se realmente a vida está mais acelerada ou se há falta organização por parte da família. Pois, minha família era agricultora, minha mãe além de trabalhar na lavoura, lecionava e sempre encontravam um tempo para participar da nossa caminhada escolar. Sendo assim, penso que, em vista desses problemas, uma forma de contribuir na organização das famílias e da relação com a escola pode ser proposta e desenvolvida com apoio da gestão escolar, de modo a oportunizar meios para participação mais efetiva.

Refletindo sobre a minha vida escolar e lembrando dos relatos de minha mãe, como professora, sobre como ela buscava a participação das famílias de seus alunos na escola, busquei aprofundar o assunto. Para tal, realizei uma pesquisa a respeito de como a participação da família interfere na vida de seus filhos e de que maneira e escola incentiva essa participação.

Neste sentido, o professor precisa se manter envolvido com a pesquisa para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento, sendo esse um processo de construção de objetos e assim a pesquisa se torna um caminho do processo de ensino e aprendizagem.

Para a presente monografia foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando analisar a importância da família na educação dos filhos. Para isso a metodologia utilizada na realização deste trabalho foi a revisão bibliográfica, pois, nos permite analisar, refletir e buscar estratégias que venham responder nossas dúvidas, enriquecer o que já sabemos e produzir mais conhecimento sobre o assunto abordado. Para tal razão, foram realizadas leituras, anotações, registros e fichamentos sobre diversas obras e autores que abordam temas como gestão, educação, família e escola, dentre eles, destaco Piaget (2005), Souza (2008), Oliveira (2002), Freire (1999), entre outros.

Em suma, sobre a importância da proposta metodológica desenvolvida, conforme João Andrade (1997), a pesquisa bibliográfica pode ser produzida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de

monografias, dissertações etc, pois, proporciona a visão de diversos autores. Podendo enriquecer assim, nossa pesquisa, através de diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto e assim refletir sobre as práticas vivenciadas e analisar o que melhor se encaixa no contexto estudado.

3. OS DESAFIOS DA GESTÃO EDUCACIONAL

Todos nascem com uma capacidade enorme para aprender, o que precisamos é de estímulo para que essa aprendizagem aconteça. A educação é um processo que se inicia no nascimento e nos acompanha em todos os momentos de nossas vidas, todos nós estamos em constante aprendizagem. Assim ela está associada a processos de comunicação e aprendizagens pelos quais os membros da sociedade assimilam habilidades, atitudes, saberes, técnicas e valores existentes no meio cultural e assim se tornam sujeitos daquela sociedade, produzindo outros saberes, técnicas e valores.

O aprendizado acontece em todos os lugares, porém é na escola que ele ocorre visando um objetivo, onde os conhecimentos precisam estar organizados e sistematizados. Para tal, é preciso uma gestão que busque a participação de todos os envolvidos nesse processo, consciente de que todos na escola são gestores, pois, todos são sujeitos ativos no processo de ensino/aprendizagem, buscando envolver a família e a comunidade nos projetos escolares e nas decisões, porém, esse processo que implica participação coletiva não foi sempre consensual. Ao longo do tempo diferentes concepções de gestão caracterizaram a trajetória histórica brasileira na educação.

Conforme a constatação anterior, uma breve análise da história do Brasil possibilita argumentar de acordo com Souza (2008), pois a proposta de uma gestão democrática na educação é uma luta antiga que os educadores travam contra os modelos autoritários de gestão. Entre as décadas de 1960 à 1980 o tema da participação e da democratização da gestão escolar, foi o assunto das discussões e dos debates pedagógicos, sendo que nesse período o país estava sobre o poder de um governo autoritário que se implantou a partir do golpe militar de 1964, o que refletiu na gestão das instituições. Nesse período ocorreram experiências isoladas de gestão colegiadas de escolas, mas não tiveram sucesso, pois, as decisões partiam do governo e autonomia da escola era limitada.

Com o fim do regime militar na década de 1980, a democratização de gestão foi bastante discutida na luta pela constituinte de 1988, onde foi promulgada a nova Constituição Brasileira que consagrou o princípio da gestão democrática do ensino público. A Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida também como

Constituição Cidadã, devido ao fim do período militar, foi promulgada em 05 de outubro de 1988, é a lei suprema do país e estabelece o Brasil como um país democrático, de direito de estrutura federativa. Esse documento é um conjunto de regras que normatiza o país e foi fundamental por propor, desde o interior de escola, o tema da gestão enquanto processo democrático.

Já na década de 1990, a gestão da escola e propriamente, o trabalho do diretor, passou a ser mais discutido entre diferentes setores sociais. Neste âmbito se salientava a gestão da escola como instrumento para a promoção da qualidade na educação, ou seja, uma escola onde houvesse boa gestão, era vista com uma escola que ofertasse uma educação de qualidade, por isso, o trabalho da comunidade escolar propriamente, passou a ter uma posição de centralidade.

Sendo uma organização social e cultural, a escola requer que cada sujeito envolvido tenha seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas a serem executadas. Sendo assim, o diretor, é o principal responsável para que essa participação aconteça, buscando também, o atendimento das necessidades e dos anseios dos que fazem a comunidade escolar, onde o papel do diretor democrático é de articular o coletivo para a participação e promover meios para que isso aconteça de modo consciente.

Para Gadotti (2001), de nada adiantaria uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que concede autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se o diretor, professores, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político da autonomia e da democracia participativa. Para este autor, o exercício da autonomia não é um processo pronto, acabado, mas sim, uma construção contínua, individual e coletiva, onde implica a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar, levando a construção de espaços dinâmicos, marcados pela grande diversidade e diferentes modos de compreender a escola. De modo que deve buscar garantir que todos os envolvidos em suas diferenças e necessidades tenham voz e sintam-se representados no ambiente escolar.

Hoje a Gestão Democrática da Educação Pública, assegurada na Constituição Federal, tem como reforço outra importante lei. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996) determina que a escola deve vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais. Assim, espera-se que a educação escolar prepare o aluno para a vida e que o inspire nos princípios de liberdade e em ideais de solidariedade

humana. Esses princípios são universais, devendo orientar toda a ação educativa na escola. A LDB, portanto, é a legislação que regulamenta o sistema educacional, público e privado, da Educação Básica ao Ensino Superior do Brasil. Ela reafirma o direito a educação, garantido pela Constituição Federal.

A Constituição Federal determina, no seu artigo 205, que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” esta é uma conquista da sociedade. A gestão democrática é um meio para que todos os envolvidos no processo educativo participem da definição dos rumos que a escola deve direcionar a educação de maneira a fazer valer as decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações, sendo um dos princípios sobre os quais o ensino deve ser ministrado, cabendo aos sistemas de ensino definirem suas normas de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 14, que consta:

a) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

b) participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (L.D.B, 1996, p. 91).

Cada sociedade tem o seu modelo escolar como reflexo do seu tempo. A educação escolar é o espaço de formação do indivíduo e deve ser um espaço leigo. Gestão democrática envolve muito mais que uma simples eleição pra direção, envolve formação de conselho, participação dos professores na formação do Projeto Político Pedagógico da escola. De tal forma ela precisa estar ligada ao processo de construção da cidadania tendo como estratégia o projeto pedagógico e conselho escolar, que reuni professores, pais, alunos e funcionários, todos interessados numa escola de qualidade.

Gestão educacional pode ser definida como a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da escola. Bem como sua organização, na qual se refere a princípios relacionados a ação de planejar o trabalho da instituição, racionalizar o uso de recursos, coordenar e avaliar o trabalho das pessoas e precisa ser democrática, pautada pela participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Portanto, o termo gestão está relacionado com administração, ou seja, administrar uma organização conduzindo-a para a concretização de objetivos.

Gestão é o ato de gerir, ou seja, realizar ações que conduzam à realização dos objetivos e metas propostas.

O termo gestão deriva do latim *gestione* e significa gerir, gerência, administração. Administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo. Gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos. Portanto, gestão é o ato de conduzir para a obtenção dos resultados desejados. (OLIVEIRA; PEREZ JR.; SILVA, 2002, p.136)

A gestão educacional engloba ações de elaborar e executar a proposta pedagógica, administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros, e surgiu para complementar a administração escolar.

O conceito de gestão educacional, portanto, pressupõe um entendimento diferente da realidade, dos elementos envolvidos em uma ação e das próprias pessoas em seu contexto; abrange uma série de concepções, tendo como foco a interatividade social, não considerada pelo conceito de administração, e, portanto, superando-a. (LUCK, 2007, p.55)

Por ser construída coletivamente, o processo descrito acima, deve estar pautada na promoção humana, devendo visar todos os integrantes do sistema educacional, professores, funcionários, comunidade, pais e alunos. Acredita-se que, por vivermos em um mundo que está em constante transformação a escola deve por sua vez, conhecendo o caminho percorrido pela gestão educacional, buscar se adequar a essas transformações, visando estar preparada para receber o seu aluno, na qual são os sujeitos do processo de ensino aprendizagem, conhecendo quem são esses sujeitos e quais suas necessidades e realidades, para que junto com a família possam oferecer um ensino de qualidade.

4. INFÂNCIA E FAMÍLIA

O termo “infância” foi construída ao longo do tempo, de acordo com a necessidade e organização social. O escritor Ariés (1978, p. 52) fala sobre a história social da criança e da família, traçando um perfil das características da infância ao longo do tempo, sendo que primeiro diz respeito às sociedades tradicionais ou pré-industriais e após, uma infância a partir dos séculos XV-XVI. Assim, nas sociedades tradicionais a infância era o período mais frágil mas ainda assim se confundia com o mundo adulto.

Em suma, a partir do século XVI definiu-se que a primeira idade é a fase das brincadeiras, após a fase da escola, depois a idade do amor e esportes, depois a idade da guerra e por último a idade do sedentarismo. Até o século XVII os termos utilizados para as diferentes idades eram infância, adultez e velhice, sendo assim, a infância era confundida com a adolescência e as crianças viviam em uma espécie de anonimato.

As mudanças no contexto social ocasionaram alterações no interior das famílias, se tornando mais responsáveis pelas crianças. A escola, por sua vez, busca agora, preparar o indivíduo para sua entrada no mundo adulto. Com essas transformações houve a necessidade de estudos científicos para desvendar e esclarecer a natureza infantil, surgindo à psicologia infantil, entendendo as crianças como naturalmente desenvolvidas. É neste sentido, que muito estudo foi produzido sobre o tema, de modo que, se salienta o trabalho de um estudioso em especial, Jean Piaget.

Em sua obra “A formação do símbolo da criança” (1964), apresenta diferenciações entre a infância e a fase adulta, ligadas ao desenvolvimento de estágios ligados a processos biológicos. Seu trabalho evidenciou, também, que a criança é um ser em constante formação e interage com o mundo de acordo com seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional. Desse processo de desenvolvimento, Piaget (1964) considera o desenvolvimento em 4 níveis:

1. Sensório-Motor (0 a 2 anos)

2. Pré-Operatório (2 a 7 anos)
3. Operatório Concreto (7 a 11 anos)
4. Operatório Formal (12 anos em diante)

No primeiro estágio, no que diz respeito ao brincar, as crianças começam a descobrir o mundo por meio da manipulação, da exploração, diferenciando gradativamente os objetos do próprio corpo.

No segundo estágio: o Pré-Operatório, as crianças começam a reproduzir imagens mentais e buscam a companhia de seus pares de iguais, porém, o egocentrismo se mostra presente, é a fase dos por quês.

No terceiro estágio: Operatório Concreto, a criança desenvolve a noção de tempo, espaço, velocidade, sendo capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade.

No quarto estágio: Operatório Formal, onde a criança não se limita mais a representação imediata, nem somente as relações previamente existentes, mas, é capaz de pensar em todas as relações possíveis, buscando soluções a partir de hipóteses. Assim, a criança como em constante transformação chega à escola com suas experiências anteriores, com suas preferências, com suas características individuais e grupais.

Convivemos com pessoas diferentes, cada uma com sua cultura e maneira de educar, ver e tratar as crianças, sendo ela um ser inacabado. Foi necessário todas essas etapas, para compreender que as crianças são diferentes dos adultos, que a infância deixou de ser abordada como um tempo de passagem, para agora compreendida como uma categoria na estrutura social, uma categoria geracional, que contribui com a sociedade, formando assim culturas infantis. Tal aspecto se salienta, inclusive, pelos direitos constituídos pelas crianças, como se evidencia no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, capítulo IV, do direito à educação, à Cultura ao Esporte e ao Laser, art. 53:

a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania, e qualificação para o trabalho, sendo dever do estado assegurar a criança e ao adolescente acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (E.C.A, 1990, p. 46).

Portanto, o Estado assegura às criança e adolescentes o direito à educação de qualidade, onde está deve prepará-los para o atuar como cidadãos, respeitando as características e necessidades de cada um, reconhecendo assim suas singularidades e afirmando que todos tem direito a escola.

Desde pequena as crianças se relacionam com o mundo que as cercam, por meio do exercício lúdico, relações estas que vão se estreitando na medida em que a criança interage, experimenta, brinca e descobre o mundo. Por meio da relação com o meio, estímulos e brincadeiras a criança se desenvolve, integralmente: a fala, o pensamento, a coordenação, entre outras habilidades adquiridas. O adulto deve oferecer a ela a oportunidade de explorar diferentes materiais, oferecendo variadas experiências, para que ela se desenvolva em todos os aspectos, cognitivo, emocional e intelectual.

A Educação Infantil deixou de ser vista como assistencialista, passando a ser reconhecida e valorizada, tendo como principal objetivo, o cuidar e o educar. Assim buscou-se uma maior participação das famílias desde o ingresso dos educandos na escola de educação infantil. As aulas de Educação Infantil giram em torno da criação, da imaginação, da expressão, os alunos fazem “arte” o tempo todo, criando, reproduzindo, se movimentando e interagindo com meio que a cerca e com os estímulos que a são oferecidos. Essa relação não acontece de forma isolada entre o aluno e a escola, mas deve envolver a família para que juntas busquem o melhor para o educando, pois, é através da integração desse trabalho em conjunto, que a aprendizagem e a formação integral do aluno acontece.

Para que esse ingresso das crianças na escola aconteça e prossiga de forma significativa, a escola deve proporcionar meios para buscar a integração das famílias, uma participação cada vez maior e mais significativa da mesma, seja nas atividades diárias, no projeto pedagógico, nas comemorações, conselhos escolares, associações de pais e mestres etc. O gestor deve criar meios e buscar iniciativas juntamente com toda sua equipe buscando uma escola participativa.

5. ENTRE INFÂNCIA, FAMÍLIA E GESTÃO ESCOLAR: COMPROMETIMENTOS NECESSÁRIOS

A instituição de ensino objetiva desenvolver a aprendizagem do aluno, visando a qualidade do ensino. Sendo assim, a família representa parte fundamental neste processo, de tal modo, sua relação com a escola pode contribuir ou mesmo, prejudicar as ações da instituição afetando substancialmente o aprendizado do aluno. Ambas instituições, escola e família, tem o papel de desenvolver a sociabilidade, a afetividade e o bem estar dos indivíduos, oferecendo meios para que o mesmo se desenvolva.

A relação família e escola é um assunto muito discutido em educação, pois a escola vem buscando a participação da família na formação dos sujeitos, pois a sobrecarga na instituição aumento, quando, por vezes a família repassa para a escola a função de educar para além do conhecimentos formalmente organizados.

Atuante pesquisadora sobre a relação família e escola e autora de livros sobre o tema, Reis (2007, p. 6), argumenta que “a escola surgiu para complementar a educação familiar, por isso a necessidade dos pais sempre estarem buscando acompanhar o desempenho educacional de seus filhos”. Portanto, pais e mães são os primeiros educadores das crianças, sendo que a escola complementa essa educação, além de ensinar conteúdo específicos por área como prevê o currículo da mesma, porém para que o aluno tenha sucesso, e conseqüentemente a escola também, é preciso a participação das famílias.

A família busca justificar possíveis ausências pela falta de tempo, pela rotina atarefada do dia a dia. Há ainda muitos pais que demonstram grande resistência quanto a participação na vida escolar de seus filhos, acreditando que a escola deve apenas chamá-los quando o aluno está gerando conflitos ou o seu desempenho escolar não está satisfatório. Em relação a essa participação, Paro, (2007, pg.10), afirma que:

[...] para funcionar a contento, a escola necessita de adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa

redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante.

Para tal, a escola busca maior comprometimento da família, a escola busca encontrar meios para uma maior participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, o que é um grande desafio. Luck (2010), doutora em educação e renomada escritora de diversos livros sobre gestão escolar, entre eles *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*, nos argumenta que:

Uma das dificuldades que os diretores de escola normalmente se deparam é a de responder demandas conflitantes, expostas por eleitores divergentes. De um lado o Conselho da Escola e o superintendente emitem diretrizes do Distrito e exigem obediência às regras e regulamentos. Os professores, por outro lado, buscam o apoio profissional e material, a confirmação e o feedback. As necessidades e demandas dos pais, por sua vez, são diversificadas e instáveis. Alguns expressam aborrecimentos e percebem a escola com um representante de uma cultura estranha e hostil. Outros vêem a escola como uma agência que irá apresentar aos seus filhos normas para alcançarem o sucesso, e ainda existe um outro grupo de pais que deseja o tipo de educação acadêmica e tradicional. Obviamente, a complexidade de lidar com uma clientela tão diversa é um enorme desafio. (ROBERT E SHERRY APUD LÜCK, 2010, p. 146-147)

Assim, é preciso levar os sujeitos a uma reflexão sobre o verdadeiro papel da escola, buscando romper com a pouca participação das famílias na escola, de modo a oportunizar a democratização e convivência na escola. Fortalecendo, mediante o exposto aquilo que a LDB, nos artigos 14 e 15, quanto a participação e a gestão democrática, nos apresenta as seguintes determinações:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

Assim, percebe-se que as escolas tem autonomia para organizar o trabalho pedagógico e administrativo, desde que haja a participação de todos: professores, funcionários, alunos, pais e comunidade, observando a realidade na qual a escola

está inserida e sus peculiaridades. Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois, nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança reforçando aquilo que argumenta Prado (1981):

A família como toda instituição social, apesar dos conflitos é a única que engloba o indivíduo em toda a sua história de vida pessoal, É nela que a criança adquire suas primeiras experiências educativas, sociais e históricas que a criança aprende a se adaptar às diferentes circunstâncias, a flexibilizar e a negociar, independente das normas educacionais que são impostas aos familiares, através da escola, da ideologia vigente de cada sociedade etc. (PRADO, 1981, p. 09)

Envolver os familiares na elaboração da proposta pedagógica pode ser a meta da escola que pretende alcançar o objetivo de ensino, que é uma educação de qualidade, promovendo o pleno desenvolvimento do educando, desenvolvendo-o em todos os aspectos. Contudo, para que esse objetivo seja alcançado é preciso uma Gestão Democrática, em que inicie com a escolha democrática dos dirigentes escolares.

Isso se estende pela autonomia da escola e se concretiza em oferecer meios para a participação da família e da sociedade na tarefa de possibilitar uma educação de qualidade. Assim, todos juntos debatem formas de tentar superar as dificuldades e conflitos, juntamente com a equipe diretiva.

Entretanto, observa-se que as discussões e decisões, muitas vezes, são realizadas apenas dentro do âmbito da escola, basicamente envolvendo direção, coordenação e grupos de professores. Em outras palavras, a escola vem, gradativamente, assumindo a maior parte das responsabilidades e decisões que envolve a todos.

Nesse contexto, a gestão democrática deve criar possibilidades para uma conscientização e reflexão por parte da família sobre a importância de sua participação na educação escolar, para que todos juntos, possam debater assuntos na qual envolve a mesma, pois, todos buscam resultados positivos, portanto, todos devem participar do processo.

Ainda nessa perspectiva, paralelamente, ressaltamos a posição de BORGES (2008), que coloca o seguinte:

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso, na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. Na prática, entretanto, o que se dá é a mera rotinização e burocratização das atividades no interior da escola, e que nada contribui para a busca de maior eficiência na realização de seu fim educativo. (BORGES, 2008, p.83)

Assim, o gestor precisa trabalhar para o bem comum, tendo consciência de que ele não é o único envolvido no processo educativo, pois todos são gestores desse processo, devendo assim, compartilhar as responsabilidades, envolvendo a família e a comunidade nessa construção. Se tal processo não é bem desenvolvido, se compreende que o aluno sente quando a família não participa de forma ativa no seu processo educativo, o que além de gerar dificuldades na aprendizagem, gera desmotivação e desinteresse por parte do aluno, podendo até levar a evasão escolar. Buscando sanar essa desmotivação, a escola, através de novas metodologias de trabalho, muitos projetos são lançados e inúmeros recursos também são lançados pelo governo no sentido de não deixar que o aluno desista de estudar. Porém, observa-se que se não houver maior comprometimento dos responsáveis e das instituições escolares isso pouco adiantará. “Ensinar é propiciar situações que permitam ao educando modificar o seu comportamento de determinado modo” (SEAGOE, 1978,p. 07).

Um dos aspectos que representam a falta de participação entre família e escola, são aqueles no âmbito comportamental dos alunos o que pode aumentar a indisciplina na escola. O que se agrava cada vez mais quando o aluno não se sente parte integrante da escola, por exemplo, não participam das decisões que ali acontecem, ou não sentem a presença da família como agentes ativos na mesma.

Para Parrat - Dayan (2008, p. 69), uma possibilidade de combater a indisciplina e falta de interesse seria levando em conta as particularidade de cada estudante:

Se quisermos combater a indisciplina, é importante que na sala de aula possam ser discutido, de maneira democrática, não apenas os conteúdos escolares, mas também as regras de convivência. Isto implica que as regras podem ser criadas, negociadas e renegociadas. E implica também permitir que os alunos falem, por isso mostra uma disposição em acreditar que eles são capazes de cooperar e se respeitar uns aos outros, e, ainda que, o professor pode respeitar seus aluno. Só uma escola democrática poderá

educar para a cooperação e o respeito mútuo. (PARRAT- DAYAN, 2008, p. 69).

É neste sentido a gestão democrática também é fundamental para incentivar os alunos a buscar o conhecimento, fazendo com que ele se sinta importante e capaz de, junto com todos os envolvidos, transformar a escola mais positivamente no âmbito da socialização do conhecimento e sobretudo, como espaço social e coletivo de formação dos alunos.

Em uma escola com uma gestão democrática organizada pelo e para o coletivo da comunidade, os são alunos sujeitos produtores de conhecimento e a família participando de forma ativa na educação dos seus filhos. Pois o aluno se sentirá importante perante a escola, motivado e principalmente, integrado com a família. Sendo assim, destaca-se:

A família, especialmente os pais, ocupam um importante papel na mudança do comportamento de seus filhos. Ela intervém no desenvolvimento humano do indivíduo, na relação com o meio natural e social. Desse modo, a postura dos pais, sua contribuição, suas ações e principalmente sua concepção sobre o seu papel, auxiliam nesse processo. A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes. (PRADO, 1981, p.13)

Sendo assim, da união entre família e escola, o aluno tende a apresentar progressos significativos, tanto no comportamento como na aprendizagem. Em relação a essa união entre escola e família, destaco as palavras de Maranhão (2004, p.89-90), sobre a importância da mesma, onde afirma que:

O que família e escola julgavam suficiente no que tange à educação, já não é. O ideal é que pais, professores e comunidade estreitem seus laços e torne a educação um processo coletivo. Mas não cabe aos professores educar os pais. Seu alvo é o aluno, independente da história familiar que carrega e o influencia. (MARANHÃO, 2004, P. 89-90).

Por meio da reflexão sobre a inter-relação entre escola e família, oportunizando meios para que essa união ocorra de modo mais efetivo, envolvendo todos: escola, alunos, família e comunidade em atividades escolares.

Essa inter-relação não deve acontecer não para relatar problemas envolvendo os alunos, mas para ouvi-los, aceitar sugestões, participações em projetos, fazendo com que assim, todos se sintam responsáveis de alguma forma pela educação.

Nessa perspectiva, a escola e a família devem unir-se, para que por meio dessa relação auxilie no desempenho escolar dos alunos, sendo que as duas instituições se complementam, as duas são instituições sociais que buscam a qualidade do ensino e o desenvolvimento do aluno, cabendo ao gestor mediar essa relação buscando chegarem a um denominador comum.

Para PARO (1997, p.30)

[...] a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano. (PARO, 1997, p.30)

Através desse contato com os pais, a escola terá a oportunidade de saber o que pensam esses pais sobre o seu papel, conhecer a realidade na qual o seu aluno está inserido, e assim tentar manter essa relação de união, tomada de decisões e participação ativa, favorecendo assim a todos os agentes desse processo de aprendizagem, buscando ainda que o aluno torne-se sujeito ativo e crítico na sociedade na qual está inserido.

CONCLUSÃO

O presente trabalho possibilitou o análise da participação da família na escola, bem como de que forma essa participação acontece para melhor compreendermos as consequência da mesma no processo educativo dos alunos.

Sabendo que a família é a base da educação das crianças e que assim constitui um papel fundamental na formação do sujeito e que a escola é uma instituição social na qual busca oferecer um ensino de qualidade para esse sujeito, que ao chegar nessa instituição, já traz uma bagagem de conhecimento, busca-se uma integração entre essas duas instituições. A escola é um estabelecimento público ou privado destinado ao ensino coletivo, onde encontra-se alunos, professores e funcionários, mas que também faz parte a comunidade a família, pois, é uma instituição social.

A educação sofreu muitas transformações ao longo do tempo, conseqüentemente, a escola, também.

Foi preciso todas essas transformações para hoje a compreendermos como um local onde o aprendizado é mediado, onde há uma socialização de saberes, visando o pleno desenvolvimento do educando, onde todos participam do processo de ensino e aprendizagem e devem juntos buscar atingir os objetivos.

Toda instituição de ensino precisa ter uma gestão comprometida com a qualidade do seu trabalho, pois, é ela que conduz a ação, norteia a escola, dividindo as responsabilidades, fracassos e sucessos. Essa gestão precisa ser democrática para que a escola alcance o objetivo do projeto pedagógico, na qual deve ser formulado com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Sendo assim, é importante oferecer oportunidade para que a família faça-se presente na vida escolar dos filhos, conscientizando-se da importância de sua participação no desenvolvimento e rendimento escolar do mesmo. Essa participação acontece através de diálogo, da família envolvida no Conselho e na Proposta Pedagógica, na tomada de decisões, construções de metas e meios para atingi-las, pois, pois, as duas tem um objetivo em comum: uma educação de qualidade, e é através dessa integração que poderá atingir esse objetivo.

No Parágrafo único do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), encontramos que "é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais", ou seja, trazer as famílias para o convívio escolar está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma lei que garante o direito da família participar de todas as decisões tomadas pela escola e esta, deve por sua vez, oferecer condições para que essa participação ocorra, para que os resultados na formação educativa dos alunos sejam significativos.

Escola e família devem caminhar unidas, com o objetivo de qualificar a educação oferecida pela instituição. Para tal, o gestor deve ser um mediador, um articulador de meios para que essa integração aconteça, buscando com que todos discutam estratégias para vencer os desafios do dia a dia, buscando uma educação que possibilite a transformação social.

Assim sendo, conclui-se que uma educação de qualidade deve ser o objetivo de qualquer gestor comprometido. Para isto, este dever perseguir os objetivos propostos, refletindo em uma efetividade social, e, para tanto, a escola deve estruturar e programar o melhor possível para seus alunos, captando ao máximo os recursos que dispõe (físicos, humanos e financeiros), unindo a energia de todos os envolvidos para ser cumpridora de seus objetivos éticos e sociais.

E isto só poderá realmente ser concretizado com a efetiva elaboração e administração do projeto político pedagógico, bem estruturados, elaborados e realizados no ambiente escolar por todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Portanto, o comprometimento e a participação dos pais na prática educativa é de suma importância no desenvolvimento integral dos alunos, pois, a família constitui a base de toda a educação e juntamente com a escola, deve oferecer meios para que o educando se desenvolva em todos os seus aspectos.

Como prevê a LDB (1996), esteja preparado para o mercado de trabalho, exercício da cidadania e o desenvolvimento de suas potencialidades.

Pra que isso aconteça a escola e a família precisam manter um diálogo constante.

Esse diálogo não envolve apenas a busca de solução de problemas e informação sobre o desempenho dos alunos no processo educativo, mas também na tomada de decisões, ações para melhoramento da instituição, conversas sobre a

realidade do aluno, seus anseios e objetivos, eventos, etc. Visando os mesmos ideais, o melhor para o educando.

Esse comprometimento entre a família e a escola acontece através de uma gestão democrática, visando uma educação de qualidade que possibilite a transformação social e uma aprendizagem significativa do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BOCK, Ana Mercês Bahia et alii. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL, **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. v. 3 Brasília MEC/SEF 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <[http:// www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br)>. Acesso em: 02 jul. 2005

Estatuto da Criança e do Adolescente. 9. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2001.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96) e legislação correlata. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, Para quê?**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCK, H. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARANHÃO, M. **Educação brasileira: resgate, universalização e revolução**. Brasília: Plano, 2004.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JR., J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

PARO, V. H. **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais**. 3ª reimpressão. São Paulo: Xamã, 2007.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1964.

REIS, Riolene Pereira. **Relação família e escola:** uma parceria que dá certo. *Mundo Jovem:* um jornal de idéias. p. 06. Ano XLV –n° 373 - Fevereiro de 2007.